

RDM

EDIÇÃO DIGITAL

3 PODERES

A REVISTA DE QUEM DECIDE

BRASIL



ANO XXVII | Dezembro
EDIÇÃO 14 | 2024



Ministro Gilmar Mendes

Um cosmopolita cidadão de Brasília



Eleições de 1974
Os 50 anos de uma
resistência democrática

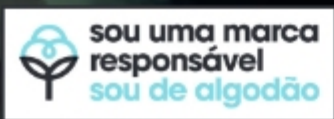
Entrevista | Ricardo Barros
As dificuldades impostas
pela polarização



23
anos



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
SINOP



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

AV. DOS JACARANDÁS, 2655
SETOR RESIDENCIAL SUL

A luta democrática

Uma das reportagens, produzida pela Agência Senado e que a **3 Poderes Brasil** reproduz nesta edição, trata de um dos temas mais sensíveis da história política do Brasil na segunda metade do século passado. As eleições parlamentares de 1974 marcaram o início do fim do regime militar implantado dez anos antes, mais precisamente, em abril de 1964.

Naquelas eleições, os militares no poder já sentiam a reação popular contra a ditadura e manobram no que puderam para perpetuar o sta-

tus quo. Mas o resultado das eleições mostrou que eles não tinham a popularidade necessária para continuarem ditando as normas governamentais.

No pleito daquele ano, o partido de sustentação parlamentar da ditadura, a Arena, obteve derrotas na grande maioria dos estados brasileiros, com o MDB fazendo a maioria dos senadores e deputados federais. A ditadura acusou o golpe. Tanto que, para o pleito de 1978, criou, em 1977, o Pacote de Abril, para tentar reverter - em vão - o quadro a ela desfavorável.

Boa leitura.

João Oromzimbo Negrão, COORDENADOR EDITORIAL

SUMÁRIO

CAPA | De olho no cofre

04 | CARTA

05 | OPINIÃO | **Rafael Felipe da Silva**

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA |
João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA | **Ricardo Barros**

14 | **GILMAR MENDES, CIDADÃO DE BRASÍLIA**

18 | **SENADO 200 ANOS**

22 | **ELEIÇÕES DE 1974, O COMEÇO DO FIM**



EDIÇÃO DIGITAL

Edição nº 14
Dezembro / 2024

CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Oromzimbo Negrão

EDITORES
Vanessa Moreno
Matheus Mauricio

EDITOR DE ARTE
Fred Mota

REDAÇÃO
Repórteres: **Humberto Azevedo, Jean Gusmão e Tchelo Figueiredo** (fotografia).

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), **João Oromzimbo Negrão** (presidente), **Shelry Pereira, Vanessa Moreno, FredMota.**

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO CARLOS TEIXEIRA, JOÃO PEDRO MARQUES, JORGE MACEDO, LUCAS PORDES LEÓN, RAFAEL FELIPE DA SILVA, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA TSE, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS, COLABORA, SECOM-PR.

FOTOS
ADALBERTO MARQUES, GERALDO MAGELA, HEDESON ALVES, PEDRO FRANÇA, VINÍCIUS VICENTE, WALDEMIR BARRETO, ACERVO INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA TSE, AGÊNCIA SENADO, SECOM-PR, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CNJ, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA NACIONAL, ARQUIVO NACIONAL, ASSESSORIA STF, ASSESSORIA TSE, ASSESSORIA MPF, ASSESSORIA TCU, SECOM-PR.

REDAÇÃO
(65) 3623-1170 | 3622-2310 61 2107.9400
redacao@revistardm.com.br

RDM 3 PODERES BRASIL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATERIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATERIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL:
(65) 3623-1170

REVISTA RDM 3 PODERES
BRASIL PUBLICAÇÃO



Mudanças legislativas e regulatórias aceleram estratégia de gestão de riscos nas empresas

Por Rafael Felipe da Silva

O ritmo acelerado das mudanças tecnológicas está impactando cada vez mais a dinâmica dos ambientes empresariais e tornando a gestão de riscos corporativos um componente crítico para o sucesso das organizações. Identificar, avaliar e mitigar riscos deixou de ser apenas uma prática recomendada para se tornar uma necessidade estratégica, com impacto direto na eficiência operacional e na sustentabilidade dos negócios a longo prazo.

Entre os principais desafios enfrentados por médias e grandes empresas na gestão de riscos em um mundo hiperconectado estão as questões financeiras, operacionais e de controle de dados. Inspeções irregulares, relatórios manuais e a ausência de sistemas centralizados para coleta de dados frequentemente resultam em uma gestão reativa, na qual os problemas são tratados apenas após a ocorrência. Isso não só aumenta a probabilidade de não conformidades, como também compromete a segurança e a eficácia operacional.

Uma abordagem eficaz para superar esses desafios envolve o uso de tecnologias de ponta, que ajudam a proteger a organização e promover uma cultura de segurança e responsabilidade. Uma das tendências mais relevantes na gestão de riscos é o monitoramento contínuo e centralizado das informações, proporcionando uma visão holística e integrada dos riscos enfrentados pela organização. A ante-

cipação de ocorrências e a velocidade de resposta tornam-se diferenciais críticos de uma gestão proativa em comparação com abordagens tradicionais e reativas. Para isso, tecnologias de análise de risco têm se mostrado indispensáveis, permitindo identificar, avaliar e mitigar riscos de forma efetiva.

A mensuração de incertezas também é fundamental, pois possibilita às empresas compreenderem a probabilidade e o impacto de eventos de risco, tomando decisões informadas com base em dados confiáveis.

Aliada à tecnologia, a gestão de riscos permite a criação de checklists que otimizam a eficiência e a produtividade. Além disso, a capacidade de registrar e reportar condições em tempo real oferece uma resposta rápida a não conformidades, reduzindo possíveis impactos.

Além dos avanços tecnológicos, mudanças legislativas e regulatórias têm ampliado a relevância da gestão de riscos nas empresas brasileiras.

Normas como a ISO 31000, que fornece diretrizes para a gestão de risco, enfatizam a necessidade de identificar e avaliar riscos antes da tomada de decisões estratégicas. A integração de práticas de gestão de risco com sistemas de gestão da qualidade, como a ISO 9001, é igualmente essencial para garantir a continuidade das operações e a satisfação dos clientes.

A ISO 31000 define o risco como a "incerteza que pode afetar o alcance dos objetivos" e reforça a importância

de avaliar os riscos antes de decisões estratégicas. A adesão a essas normas e certificações não apenas assegura que os sistemas de gestão da qualidade promovam uma gestão de risco eficiente — com identificação de riscos potenciais, medidas preventivas e avaliações regulares —, mas também estabelece um alicerce para uma cultura organizacional sólida, pautada em ética, transparência, compliance e responsabilidade.

Essa abordagem proativa, integrada e sustentada por tecnologia moderna, protege os ativos mais valiosos e oferece uma vantagem estratégica: a capacidade de transformar desafios em oportunidades, consolidando a liderança nos mercados em que atua.



* Rafael Felipe da Silva é Product Owner de Gestão de Acesso e Segurança na Senior Sistemas

Hugo Motta promete defender prerrogativas parlamentares



Em encontro com os deputados da Frente Parlamentar de apoio à Agropecuária (FPA), o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) prometeu defender as prerrogativas parlamentares. "Queremos o cumprimento da Constituição e que o Poder Legislativo possa ser respeitado pelo tamanho e pela importância que tem. Com relação à pauta que foi colocada aqui pelo deputado Alceu, acerca das prerrogativas, acerca daquilo que o Congresso nada mais quer do que a afirmação daquilo que nos é garantido pela nossa Constituição. Nós não negociamos esses termos, por quê? Porque isso para nós tem um valor que não é meramente uma plataforma de campanha deste ou daquele candidato, mas é um cumprimento da nossa Constituição, a garantia das prerrogativas parlamentares daquilo que é de direito aos deputados e deputadas, aos senadores e senadoras", complementou. Ele é candidato de consenso de quase todas as correntes políticas e ideológicas - com exceção do Novo - à ultradireita - e ao PSOL - de esquerda.

Tarcísio reafirma tentar reeleição e afasta aventura presidencial em 2026



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), confirmou sua intenção de disputar a reeleição em 2026, descartando, ao menos por enquanto, planos de concorrer à Presidência da República. "Qual é a minha opção, qual é o meu caminho em 26? É continuar em São Paulo", afirmou Tarcísio. Ele destacou que sua decisão é motivada pelo compromisso com os eleitores paulistas e pela continuidade de projetos importantes para o estado. "Eu sou muito fiel àqueles que me elegeram. Eu tive um grande apreço da população de São Paulo que me acolheu, e nós temos projetos muito interessantes para entregar em 28, em 29, em 30. O que me motiva a ficar em São Paulo? A entrega desses projetos", declarou. Ele afirmou que considera o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a principal liderança da direita no país, apesar das dificuldades enfrentadas pelo político do Partido Liberal, atualmente inelegível e alvo de diversas investigações.

Pedro Lupion é reeleito para mais um mandato no comando da FPA

O deputado Pedro Lupion (PP-PR) foi reeleito no início de dezembro, para ocupar mais um mandato no comando da Frente Parlamentar de apoio à Agropecuária (FPA), que atua nas duas Casas legislativas do Congresso Nacional (Câmara e Senado). O atual presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), será o vice-presidente da frente, seccional Nordeste.

A FPA, que possui 290 deputados federais filiados a ela, declarou ainda apoio à candidatura do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), candidato quase único para assumir o comando da "Casa do Povo". Além do apoio declarado pela FPA, Motta congrega apoios de quase todos os partidos com representação na Casa, do PT ao PL.





MDB apoia **Alcolumbre** condicionado a compromissos com a democracia



Os senadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) decidiram apoiar por unanimidade o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) à presidência do Senado Federal e condicionaram esse apoio a cinco compromissos listados e assinados, em conjunto com o próprio senador amapaense, com a democracia e com o Estado de Direito presentes numa "carta-compromisso". O anúncio do apoio a Alcolumbre, que já presidiu o Senado Federal entre os anos de 2019 e 2021, coube ao decano do partido, senador Renan Calheiros (AL). Na oportunidade, Renan – que já presidiu a "Casa Federativa" entre os anos de 2013 e 2017 – anunciou, ainda, que a bancada emedebista naquela Casa federativa reconduziu o senador Eduardo Braga (AM) como líder do partido.

Mourão elogia Múcio: 'Escolha acertada de Lula em meio a desconfianças'



O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) fez elogios à atuação de José Múcio Monteiro à frente do Ministério da Defesa. Segundo Mourão, o presidente Lula acertou ao escolher Múcio para o cargo em um momento de tensão e desconfiança entre o governo e as Forças Armadas, especialmente após a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. "Desde o primeiro momento, achei que foi uma escolha acertada do presidente da República, pelo perfil do ministro Múcio. Em um momento de desconfianças mútuas, o ministro vem fazendo um trabalho que considero admirável", afirmou Mourão.

Dito & Feito

"O governo tem o maior compromisso com as contas públicas. Ninguém tem mais responsabilidade fiscal do que eu. Não é a primeira vez que sou presidente da República. Já governei este país e o entreguei crescendo 7,5%, com a massa salarial mais alta. Quero fazer isso novamente. Não é o mercado que tem que se preocupar com os gastos do governo. É o governo. Porque, se eu não controlar os gastos, se eu gastar mais do que eu tenho, quem vai pagar é o povo pobre."

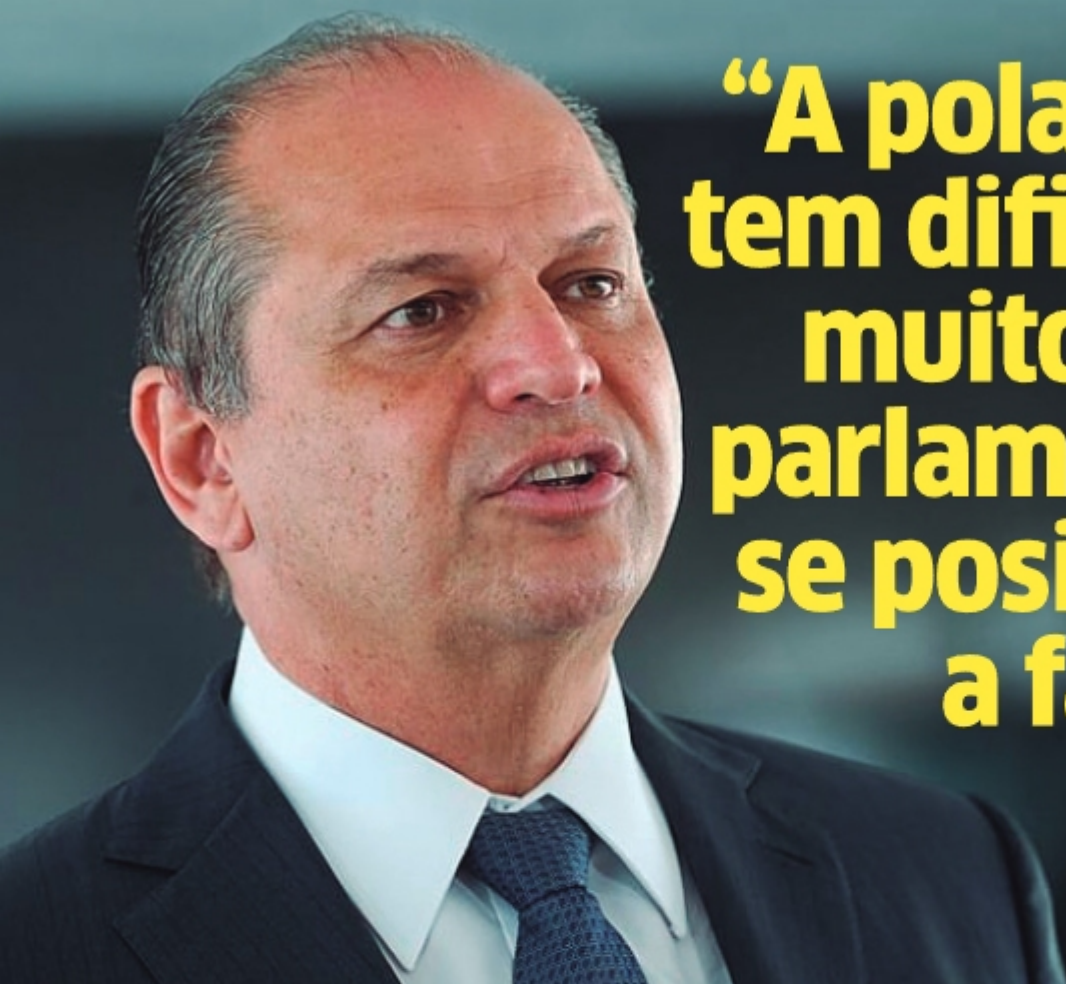
Presidente Lula.

"A pior cegueira é a que não vê o outro ser humano na sua potencialidade integral. É um mecanismo realmente da maior importância e a gente sempre espera que haja mais possibilidades. Porém, há a cegueira para os valores que as pessoas têm e que gera os preconceitos. O pior defeito para uma limitação que a pessoa pode ter é o preconceito. Um dia haverá de haver óculos como esses contra os preconceitos. Nós vamos melhorar muito a vida na sociedade."

Ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Eduardo Braga tem conduzido o partido, na sua Liderança, com muita abertura, com muita assertividade, e tem nos representado a todos, em todos os momentos dos trabalhos legislativos. Por unanimidade, a Bancada do MDB o reconduziu à Liderança para o biênio 2025-2026."

Senador Renan Calheiros (MDB-AL).



“A polarização tem dificultado muito que os parlamentares se posicionem a favor do Brasil”

De acordo com o ex-líder do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PSL/PL) na Câmara, o retorno de Donald Trump à Casa Branca pode “ser uma grande oportunidade para o Brasil”

Por Humberto Azevedo

“**A** polarização tem dificultado muito que os parlamentares se posicionem a favor do Brasil”, afirmou, com exclusividade à reportagem dos canais do Grupo RDM, o deputado federal licenciado e atual secretário de Indústria e Comércio do estado do Paraná, na gestão Ratinho Jr. (PSD), Ricardo Barros (PP-PR).

De acordo com o ex-líder do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PSL/PL) na Câmara, a partir de agosto de 2020, o retorno do ex-presidente norte-americano Donald Trump à Casa Branca para um segundo mandato na ainda maior economia do mundo, pode “ser uma grande oportunidade para o Brasil”.

“

“Infelizmente, a polarização não nos permite manifestar posições que interessem ao país, independentemente se o governo é do PT ou não é do PT”

“Independentemente de como ele vai conduzir, para o bem ou para o mal, qualquer decisão que ele tomar gerará oportunidades para o reposicionamento do Brasil no processo da economia. E é isso que nós temos que saber

aproveitar”, comentou Barros – que também foi líder do governo, na Câmara, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e vice-líder do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT).

Na conversa com a reportagem dos canais do Grupo RDM, Ricardo Barros falou também da necessidade da atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a terceira, ter um “plano do governo” e um direcionamento econômico. Ex-vice-líder do segundo governo Lula, entre os anos de 2007 e 2010, o parlamentar do PP destacou que “essa falta do plano da direção é que faz com que o país não tome as decisões” como, se vai aderir, ou não, de maneira plena à Rota Comercial e Cinturão da Seda do governo chinês.

LOBBY DOS PNEUS

Ricardo Barros afirmou, ainda, de maneira peremptória, que enquanto o país não vencer o lobby dos pneus exercido pela Associação Nacional de Importadores de Pneus (ANIP), o Brasil não conseguirá cruzar o seu território com malha ferroviária suficiente para libertar os empresários da "armadilha" armada pelos lobistas da ANIP.

"O pneu no Brasil é mais caro que em qualquer lugar do mundo, o pneu de caminhão. É uma coisa impressionante como o país não consegue se desvencilhar dessa armadilha. Mas os tempos mudam, a gente espera que isso possa acontecer", afirmou em tom de esperança.

"Não se consegue avançar na infraestrutura modal alternativa ao pneu por um lobby muito competente da Associação Nacional de Importadores de Pneus."

No exercício do cargo de secretário de Indústria e Comércio do governo Ratinho Jr., Ricardo Barros participou em agosto deste ano de uma cerimônia no Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), que assinou o contrato de construção do parque da empresa na cidade de Maringá, no norte paranaense.

Estas e outras declarações do político paranaense, concedidas com exclusividade à reportagem dos canais do Grupo RDM, podem ser conferidas na íntegra da entrevista que publicamos agora. Boa leitura!

"O Paraná é o estado que mais cresce no Brasil, é o mais sustentável, o mais inovador. Primeiro lugar no Ideb, é o estado que mais tem se desenvolvido."

RDM: Deputado, ministro, como o senhor avalia esse período, depois do governo Bolsonaro, essa transição ao governo Lula, decorridos dois anos?

Ricardo Barros: Olha, um período difícil de articulação política. A polarização tem dificultado muito que os parlamentares se posicionem a favor do Brasil. Nós todos estamos no mesmo barco. Todo mundo aqui é brasileiro. Se o Brasil vai bem, todos vamos bem. Se o Brasil vai mal, todos vão mal. Mas, infelizmente, a polarização não nos permite mani-



"Eu posso dizer com segurança para você, vivemos um momento diferente, onde os partidos não têm mais posição"

festar posições que interessem ao país, independentemente se o governo é do PT ou não é do PT. Eu fui líder de todos os governos aqui ao longo da história, vice-líder ou líder dos governos, ministro. Então, eu posso dizer com segurança para você, vivemos um momento diferente, onde os partidos não têm mais posição. Quem é do Sul-Sudeste está contra o governo, quem é do Norte-Nordeste está a favor do governo. Independentemente do partido, se o partido tem ministério ou não, se está no governo, se está na oposição, ninguém entrega todos os votos. E isso tem causado uma dificuldade de articulação política. Então, a minha visão, o meu pensamento é que nós devemos avançar, nos posicionar a favor do interesse do país, mas nós precisamos da compreensão dos eleitores de

que cada decisão que se toma aqui na Câmara não é a favor ou contra o governo, é a favor ou contra o Brasil.

RDM: E o senhor vê alguma fórmula mágica ou alguma fórmula, por mais complexa que seja, para resolver essa questão?

Ricardo Barros: Não, é que é um momento novo, requer soluções novas. As fórmulas que nós adotamos até então de formação de maioria aqui na Casa não têm prevalecido. Elas não se aplicam para esse novo momento da polarização. Também o ativismo político do Judiciário tem prejudicado muito a harmonia que devia haver entre os Três Poderes. Nós estamos aqui com novos condicionantes, guerra em Israel, guerra na Ucrânia, na Rússia, afeta aqui a eleição do Trump. Tudo isso afeta o humor da economia mundial e nossa moeda está muito prejudicada com isso, empobrece a todos os brasileiros, aumenta o preço da comida na mesa, o dólar alto. Temos bons desafios para enfrentar e para isso nós precisamos de articulação, harmonia, diálogo, que a polarização atrapalha, que nós possamos implementar.

RDM: O senhor falou da eleição do Trump. Ele vai cumprir o segundo mandato agora e com um discurso, com uma nova roupagem, mas parece que é a mesma do primeiro mandato. Só que o mundo não é mais o mesmo, vem avançando. Essa briga dele com a China parece que vai se aprofundar. Como o senhor avalia isso, que mundo é esse e como que o Brasil vai existir nele?

Ricardo Barros: Eu acho que gosto da ideia do presidente Trump estar no po-



der, porque ele tem posição, a gente sabe o que ele vai fazer, não ficamos na indefinição, na indecisão. Então, podemos concordar ou discordar, mas sabemos o que vai acontecer. Eu acho que, se ele sobretaxar as importações da China, vai ser uma grande oportunidade para o Brasil. Então, independentemente de como ele vai conduzir, para o bem ou para o mal, qualquer decisão que ele tomar gerará oportunidades para o reposicionamento do Brasil no processo da economia. E é isso que nós temos que saber aproveitar.

RDM: O senhor foi reeleito deputado em 2022, mas ocupou o seu mandato por pouco tempo, para se licenciar e ocupar uma secretaria importante lá no governo do Ratinho Júnior. Já está há quase dois anos na Secretaria de Indústria e

Comércio do Paraná, como que tem sido a gestão do senhor no governo lá?

Ricardo Barros: Eu estou muito satisfeito. O Paraná é o estado que mais cresce no Brasil, é o mais sustentável, o mais inovador. Primeiro lugar no Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica], é o estado que mais tem se desenvolvido, mais tem geração de pós-trabalho. Então, na minha área do desenvolvimento econômico, o estado vai muito bem. E em todas as áreas também tem crescido muito a qualidade de vida no Paraná. Isso tem atraído muitas pessoas. Do último censo para cá, o Paraná cresceu um milhão de habitantes. Isso é um grande desafio que nós estamos tentando enfrentar com competência para que esse crescimento não gere dificuldades para a gente avançar no estado.

RDM: O Paraná é um importante celeiro, tanto de produção de grãos, como também de rota. Tanto é que tem o segundo maior porto do país, o de Paranaguá, e tem agora essa rota entre os oceanos Atlântico e Pacífico, seja pelo Chile e pelos portos da região Sul, ou interligar via ligação férrea entre a Bahia e o Peru. Agora, como fazer isso? Investimentos do Brasil ou serão investimentos da China? Isso vai aumentar o comércio ainda mais entre os dois países. Na última dé-

cada, o projeto da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), lá no governo Dilma, pouco saiu do papel. Ficou estacionado. Como fazer isso agora?

Ricardo Barros: A infraestrutura é um grande desafio para um país do tamanho do Brasil. Mas o lobby dos importadores de pneus age de forma muito agressiva e tem impedido a cabotagem. Nós votamos a lei da cabotagem há anos. Não tem cabotagem no Brasil. Sete mil quilômetros de costa, 70% da população vivendo na costa brasileira, na beira-mar, e a gente transporta tudo por caminhão. Não tem ferrovia, não se consegue avançar na infraestrutura modal alternativa ao pneu por um lobby muito competente da ANIP, a Associação Nacional de Importadores de Pneus. O pneu no Brasil é mais caro que em qualquer lugar do mundo, o pneu de caminhão. É uma coisa impressionante como o país não consegue se desvencilhar dessa armadilha. Mas os tempos mudam, a gente espera que isso possa acontecer.

RDM: Então, o Paraná tem a Ferropar, não sei se ainda continua.

Ricardo Barros: Ferroeste.

RDM: Ferroeste, isso. Mas tinha aquele projeto do trem-bala, não é?



“Quem é do Sul-Sudeste está contra o governo, quem é do Norte-Nordeste está a favor do governo. Independentemente do partido, se o partido tem ministério ou não”

“

“Nós precisamos da compreensão dos eleitores de que cada decisão que se toma aqui na Câmara não é a favor ou contra o governo, é a favor ou contra o Brasil”

Ricardo Barros: Sim.

RDM: Inicialmente ligaria São Paulo, Rio de Janeiro e tal. A China, em 2008, tinha pouca malha ferroviária e quase nenhuma malha ferroviária de trem-bala e passou a cobrir todo o território de lá para cá. A entrada no Brasil da Rota da Seda poderia facilitar isso?

Ricardo Barros: Para ter um plano ferroviário? Não acredito. O problema aqui não é necessidade, nem capacidade de investimento, nem demanda. Temos tudo isso aqui para ferrovia. Temos dinheiro para fazer, temos interesses da Arábia, da China para garantir a segurança alimentar de lá que financiariam essas infraestruturas. Temos produção para transportar. O problema é o lobby, que funciona de forma irascível no país. Então, as oportunidades estão aí, nós podemos avançar nessas novas infraestruturas alternativas, mas os interesses econômicos contrariados têm prevalecido sobre os interesses econômicos futuros que trazem para o Brasil uma grande vantagem competitiva.

RDM: Como vencer esse lobby?

Ricardo Barros: O lobby é o lobby de quem está hoje faturando em cima de uma situação que já existe e que não quer a mudança. E aí patrocina para que não haja nova infraestrutura ferroviária, não funcione a cabotagem e tem tido sucesso, lamentavelmente.

“Eu sou parlamentar, eu sou a favor ou contra o governo? Bom, quando você me diz qual é o plano do governo, eu vou dizer se eu sou a favor ou contra.”

RDM: Com relação ao presidente chinês, que visitou o Brasil e os dois países fizeram 37 novos acordos, sendo seis acordos diretos do agronegócio, mas o Brasil não aderiu plenamente ao acordo da Rota da Seda. O governo brasileiro estaria temerário em assinar e aderir à rota, como o senhor avalia isso?

Então ministro de Saúde no governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), Ricardo Barros participa de cerimônia no Palácio do Planalto, ao lado do então presidente da Câmara - deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), na entrega da medalha “Ordem do Mérito Médico” a importantes profissionais da área médica que se destacam. (Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil)

Ricardo Barros: Olha, o que nós temos no momento é uma dificuldade de direção. A gente,

enquanto país, não sabe para onde quer ir. Eu sou parlamentar, eu sou a favor ou contra o governo? Bom, quando você me diz qual é o plano do governo, eu vou dizer se eu sou a favor ou contra, mas qual é o plano do governo? Qual é a direção econômica? Qual é a política de desenvolvimento? Isso não está claro para os brasileiros nem para o mercado que está reagindo aí especulativamente por falta de clareza dessa direção. Então, essa falta do plano da direção é que faz com que o país não tome as decisões que possam contribuir para andar nessa direção. Quem não sabe para onde quer ir, não tem como ser ajudado.



IDEB: A EDUCAÇÃO ESTADUAL SALTOU DA 22ª PARA A 8ª POSIÇÃO



Enis da Silva

Professora da Rede Estadual

Com investimentos em infraestrutura, tecnologia e valorização profissional, os resultados já estão aparecendo.



*Resultado do IDEB Ensino Médio

EDUC
AÇÃO
10 anos



Governo de
Mato
Grosso

Radicado em Brasília desde 1974, **Gilmar Mendes** recebe o título de cidadão brasiliense da CLDF



Gilmar Mendes recebe do presidente da CLDF, **Wellington Luiz (MDB)**, o título de cidadão honorário de Brasília. Na foto, da esq. para a dir.: **Gustavo Rocha**, chefe da Casa Civil do GDF; governador de Alagoas, **Paulo Dantas (MDB)**; procurador-geral da República, **Paulo Gonet**; vice-presidente da CLDF, **Ricardo Vale (PT)**; governador do DF, **Ibaneis Rocha (MDB)**; representante do MPDF; e **Laura Mendes**, filha do ministro Gilmar Mendes.

Ministro decano da Suprema Corte agradeceu a honraria que reuniu diversas autoridades e políticos e contou passagens da sua vida na capital federal, desde estudante da UnB a AGU que exerceu durante os governos do ex-presidente FHC

Por Humberto Azevedo

Radicado em Brasília desde o ano de 1974, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, de 68 anos, recebeu no último dia 2 de dezembro o título de cidadão honorário brasiliense da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) numa cerimônia que reuniu diversas autoridades e políticos da capital da República.

Quando chamado a discursar, Gilmar Mendes contou várias passagens de sua vida registradas na capital federal,

desde a época em que estudou Direito na Universidade de Brasília (UnB) até o cargo de advogado-geral da União (AGU), que ocupou durante os governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB)

entre os anos de 1995 e 2002, quando foi indicado, aprovado pelo Senado Federal, nomeado e tomou posse como ministro da mais alta instância do Poder Judiciário.

“Completo 50 anos de Brasília.

“

“Completo 50 anos de Brasília. Portanto, de fato, eu chego aqui em 74. Lá se vão muitos anos de uma vivência extremamente proveitosa e bem-sucedida. Agradeço a presença da Guilmar, minha companheira de tantos anos, de meus filhos, Laura e Francisco”

Portanto, de fato, eu chego aqui em 74. Lá se vão muitos anos de uma vivência extremamente proveitosa e bem-sucedida. Agradeço a presença da Guilmar, minha companheira de tantos anos, de meus filhos, Laura e Francisco”, iniciou o ministro Gilmar Mendes.

“Cumprimento a nossa amiga, amiga de todos, doutora Ludhmila Hajjar, e na sua presença, cumprimentar, talvez, a ciência no Brasil, que cumpriu um papel extremamente importante. Naquele momento desafiador que vivemos em 2020, 2021, um quadro incomparável de uma grave epidemia da Covid”, registrou.

“DREAM TEAM” > Revendo velhos amigos como o ex-ministro Raul Jungmann e o ex-chefe da Receita Federal, Everardo Maciel, Gilmar Mendes lembrou dos companheiros de Esplanada dos Ministérios da gestão do ex-presidente tucano FHC e lembrou aquela geração como um verdadeiro “dream team” – time dos sonhos na tradução literal do inglês para o português, que era encabeçada pelo “rei do futebol” – Edson Arantes do Nascimento (Pelé) – que esteve à frente do Ministério dos Esportes naquele momento.

“Dizer da alegria de estar aqui recebendo essa homenagem e vendo tantos amigos. Aqui eu vejo, por exemplo, colegas de governo, como Everardo Maciel e Raul Jungman, do governo Fernando Henrique Cardoso, em que já se vão muitos anos, e a sensação que eu tenho ao vê-los é que a gente tinha naquela época, modéstia às favas, um ‘dream team’. Pois

“

“Brasília deve ter muito orgulho de ter aqui, nesta cidade, alguém da estirpe do professor Gilmar Mendes, o exemplo da figura do ministro da Suprema Corte se destaca por sua dedicação ao Direito em formar um bom cidadão, um bom nacional e uma boa pessoa”

era realmente um grupo de pessoas muito bem aquinhoadas. Para não deixar dúvidas sobre isso, esse governo teve como ministro, então, Pelé”, rememorou.

TEMPOS DA DITADURA > O ministro do STF contou, ainda, os tempos da ditadura militar que viveu como estudante da UnB, em que morava na recente inaugurada Brasília de seus 15 anos numa pensão na avenida da W3 Norte.

“E depois dentro da universidade, em anos duros também, vocês sabem, 75 a 78, em 77 a universidade foi invadida, o Brasil já falava da transição [para a democracia], mas é um momento muito difícil. Guilmar e eu estávamos na mesma turma, na UnB, tínhamos professores como Carlos Velloso, Moreira Alves, Josaphat Marinho, Flávio Marçílio, do Ceará, presidente da Câmara dos Deputados, em suma, pessoas notáveis. (...) Em suma,

pessoas de grande cultura e representatividade. Mas em 1977, por uma manobra esquisita, se engendrou uma forma da polícia entrar para que um grupo de alunos, hoje a gente diria de direita radical, naquela época não se falava assim, deputado Zeca [Dirceu (PT-PR)], mas diz que o reitor por omissão estava impedindo o funcionamento das salas com a permissão dos piquetes. E um juiz deu um habeas corpus e, com isso, a polícia entrou no campus e nunca mais saiu. E foi um quadro muito impressionante”, contou.

“E a gente ficou, então, sob uma pressão enorme. O Direito normalmente não apoiava a greve, mas ficamos numa situação extremamente difícil. Eu ainda me lembro, nosso prédio, o nosso espaço, não era esse espaço novo, era ainda no Minhocão, o último espaço ali do Minhocão. Eu ainda me lembro que eles estavam na sala de aula quando se escuta um grito de alguém, um grito desesperado. Lembrava uma sonora de ambulância. Era um rapaz que estava sendo acossado pelas forças policiais. Porque eles vinham em dois grupos e fechavam e levavam para a Polícia Federal. E alguém preso, ficava preso, 30 dias incomunicável, independentemente de qualquer coisa. Isso era a Lei de Segurança Nacional”, lembrou.

TEMPOS DE LUTA > Depois de lembrar os episódios que o marcaram enquanto estudante de Direito da UnB, Gilmar Mendes contou um outro episódio, desta vez, em Curitiba (PR), de quando participou de um fórum da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em que muitos da advocacia na época não queriam nem ouvir falar de instrumentos como estados de Defesa para que o Brasil devolvesse o clima de normalidade cívica aos brasileiros.

“Foi uma cena incrível o que os meus olhos viram. Os advogados não aceitavam discutir isto, não aceitavam. Eles não aceitavam essa discussão e começaram a vaiar. E Raymundo Faoro teve com a sua autoridade de dizer que nós precisamos discutir, porque não haverá abertura [democrática] se não tiver garantias de que haverá Estado de Defesa e Estado de Emergência.

EQUIPARAÇÃO SALARIAL > O presidente da Câmara Legislativa do Distrito



Gilmar Mendes discursa no plenário da CLDF.



Ricardo Vale, autor do pedido de realização de sessão solene da CLDF, para que o título de cidadão honorário de Brasília pudesse ter sido entregue ao ministro Gilmar Mendes.



Presidente da CLDF, Wellington Luiz conversa com o ministro Gilmar Mendes durante a sessão solene realizada por aquela Casa Legislativa que lhe entregou o título de cidadão honorário de Brasília.

Federal (CLDF), Wellington Luiz (MDB), relembrou a passagem da reunião que teve com o ministro da Suprema Corte, Gilmar Mendes, então na AGU, que equiparou o salário da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) à Polícia Federal (PF). “Foi um momento delicado aqui no Distrito

Federal”, onde houve confronto entre a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) com a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), que faz a segurança extensiva da capital da República.

“Me permitam contar rapidamente, eu era o presidente do sindicato da Polícia Civil e se discutia o direito da gratificação de operações especiais. Logo depois do famoso tirotaço que foi um momento delicado aqui no Distrito Federal, onde houve um confronto entre as polícias. E aí o ministro era o advogado-geral da União e coube a mim conversar com o ministro sobre esse direito ou não. Cheguei lá na sala, estava o ministro sozinho, expus a situação, ele com essa cara de bravo, de sempre. Eu saí de lá, chamei a turma, falei, ‘lascou’. Porque pelo semblante do homem, a polícia vai ter que entrar em greve”, iniciou.

“E ficou aquele espanto todo, a

Polícia Civil, o sindicato tinha muita força política, quase que um partido político. E aí, ministro, no dia seguinte, saiu publicado, o senhor falou poucas coisas naquele dia, mas saiu publicado o seu parecer que garantiu até hoje à PCDF a gratificação de operações especiais e também que equipara com a Polícia Federal por sermos uma polícia mantida e organizada pela União, bem como a Polícia Rodovia Federal. (...) Então, eu queria, todas as vezes, ministro, que eu tiver oportunidade, eu vou repetir, o senhor ouviu de mim esses dias, o senhor (...) naquele momento, ministro, o senhor, talvez, não imagina o bem que o senhor fez para a população do Distrito Federal, dando à nossa Polícia Civil melhores condições de trabalho, atraindo melhores policiais, o que faz com que sejamos uma das melhores polícias deste país”, complementou.

PALAVRAS DO PGR > Para o procurador-geral da República, Paulo Gonet, “Brasília deve ter muito orgulho de ter aqui, nesta cidade, alguém da estirpe do professor Gilmar Mendes”. Para Gonet, o exemplo da figura do ministro da Suprema Corte se destaca por sua dedicação ao Direito em formar “um bom cidadão, um bom nacional e uma boa pessoa”. O procurador-geral da República afirmou ainda que a iniciativa de Gilmar Mendes em criar o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília, permitiu que a capital da República também se tornasse num “centro dos ideais democráticos”.

“É difícil falar do meu amigo Gilmar, a quem eu conheço há 40 anos e desde então a gente vem crescendo em amizade e, da minha parte, eu, crescendo em admiração e em gratidão porque sempre aprendi a conhecer como exemplo para todos os que convivem com ele do que é ser bom, do que é o bem e do que é ser justo”, iniciou Gonet.

PERSONAGEM DE CORAGEM > O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), ressaltou, para ele, a principal atribuição do ministro do STF, Gilmar Mendes, que é a “coragem” de se posicionar e tomar decisões nos momentos mais cruciais na história recente do país. Para o governador de

“

“Ministro, é uma alegria muito grande poder iniciar a semana aqui ao seu lado, com essa homenagem. O deputado Ricardo Vale (PT-DF) foi muito feliz na apresentação do nome de Vossa Excelência para receber esse título junto, porque é mais do que merecido”

Brasília, a concessão do título de cidadão honorário da capital federal ao ministro decano da Suprema Corte é uma vitória para os quase três milhões de pessoas que vivem na capital da República. “Eu falo em nome dos quase 3 milhões de habitantes dessa cidade. Sou uma das pessoas mais respeitadas do Distrito Federal. E eu faço questão de dizer isso em todos os lugares que eu ando”, afirmou Ibaneis.

VOZ CONTRA A LAVA JATO > A postura firme do ministro Gilmar Mendes, que se levantou contra os abusos da operação Lava Jato “vai ser lembrado para sempre”, afirmou o chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal (GDF), Gustavo Rocha. Ex-ministro dos Direitos Humanos do governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), Gustavo Rocha afirmou ainda que a homenagem conferida pela “Casa do Povo” brasileira a Gilmar Mendes “não é apenas” uma iniciativa “de deputados, e, sim, de toda a população do Distrito Federal”, que na divulgação do próximo censo informará que a população residente de todo o DF alcança quase três milhões de brasileiros (2.962.665).

“Ministro, é uma alegria muito grande poder iniciar a semana aqui ao seu lado, com essa homenagem. O deputado Ricardo Vale (PT-DF) foi muito feliz na apresentação do nome de Vossa Excelência para receber esse título junto, porque é mais do que merecido”, completou o principal secretário do DF, Gustavo Rocha.

Ricardo Vale afirmou que é graças “a democracia que permite pôr o nome do professor-doutor e ministro Gilmar Mendes, com destaque, no panteão da história brasileira”. Autor do requerimento que outorgou honraria ao ministro Gilmar, Ricardo Vale justificou que a entrega do título ao decano da Suprema Corte decorreu também do

fato de ter sido ele a primeira autoridade a se manifestar publicamente contra os desmandos da Lava Jato.

“A democracia que permite pôr o nome do professor-doutor e ministro Gilmar Mendes, com destaque, no panteão da história brasileira e dos anais das nossas mais caras instituições democráticas. É a democracia que permite estarmos aqui hoje”, destacou.

VISÃO DE EMPREENDEDOR > O filho do ministro Gilmar Mendes, Francisco Mendes, reitor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), lembrou da iniciativa de seu pai, que insistiu em plantar vários pés de parreira no cerrado da capital federal, e que hoje geram empregos e rendas para milhares de agricultores brasileiros.



Francisco Mendes, filho do ministro Gilmar Mendes e reitor do IDP, agradece o título de cidadão honorário brasileiro entregue pela CLDF ao seu pai.



Ibaneis, em pronunciamento na CLDF, destacou a ligação que o ministro Gilmar Mendes tem com a capital da República.

“

“Gilmar Mendes é um homem público transparente, sério, comprometido com a democracia, com o pacto federativo, com as liberdades, com o direito de escolha, com o direito de ir e vir”

“Hoje, porém, gostaria de falar um pouco sobre sua vida privada, marcado pelo pioneirismo, que é a marca de Brasília, pelo empreendedorismo e pelo amor, e a ligação da sua vida privada com o Distrito Federal. Foi por iniciativa do professor Gilmar, que foi plantado, em 1994, um dos primeiros parreirais de uva de mesa produtiva do nosso Cerrado. Num espaço perto de Planaltina, 1400 pés de uva niagara e 400 pés de isabel, enquanto todos diziam que Brasília não era uma terra produtiva”, contou o filho do ministro.

DEMOCRACIA > Presente na cerimônia realizada pela CLDF que entregou o título de cidadão brasileiro a Gilmar Mendes, o governador alagoano Paulo Dantas (MDB) destacou o compromisso do decano do STF com a democracia. “Homem público transparente, sério, comprometido com a democracia, com o pacto federativo, com as liberdades, com o direito de escolha, com o direito de ir e vir”.

GARANTIA CONSTITUCIONAL > O corregedor do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios (TCDF) e futuro presidente do órgão que fiscaliza as contas da capital da República, Manoel Andrade – conhecido popularmente como “Manoelzinho” – afirmou que o ministro Gilmar Mendes é sinônimo de “garantia constitucional” e de “normalidade” cívica brasileira.



Senado 200 anos: Uma Casa federalista em constante evolução

Casa Alta do Congresso Nacional testemunhou e moldou a história do país, com profundas transformações e enfrentamento de desafios complexos durante esse período

Por Jorge Macedo, da Agência Senado

“

“O nosso bicameralismo vem desde a Independência, com a nossa primeira Constituição em 1824. O Senado era muito mais semelhante ao que era, e ainda é em boa parte, a Câmara dos Lordes, que é a Câmara Alta do Parlamento do Reino Unido, essencialmente uma casa aristocrática”

○

Senado Federal completou em 2024 dois séculos de existência. Ao longo desses 200 anos, a Casa Alta do Congresso Nacional

testemunhou e moldou a história do país, com profundas transformações e enfrentamento de desafios complexos durante esse período.

Nesta reportagem elaborada a partir de entrevistas com senadores e diferentes especialistas, tais como cientista político, historiador e consultor legislativo, a Agência Senado busca oferecer um panorama histórico da evolução do Senado, com a exploração de suas origens, a função na construção

do federalismo brasileiro, as transformações na composição da Casa e, ainda, as questões que desafiam o Senado no cenário político contemporâneo.

EVOLUÇÃO > O Senado foi concebido em 1824 como um espaço de representação dos estados, com a garantia de que as peculiaridades regionais fossem consideradas nas decisões políticas nacionais. Contudo, a configuração era diferente dos moldes atuais, conforme explica o consultor legislativo do Senado Gilberto Guerzoni.

“O nosso bicameralismo vem desde a Independência, com a nossa primeira Constituição em 1824. O Senado era muito mais semelhante ao que era, e



Conde dos Arcos, Monroe e Congresso Nacional: os palácios sedes dos Senado Federal nos últimos dois séculos



Segundo Barbosa, a composição do Senado começou a mudar após a ditadura do Estado Novo



Pichação em muro na década de 1970 pede votos para a oposição.

ainda é em boa parte, a Câmara dos Lordes, que é a Câmara Alta do Parlamento do Reino Unido, essencialmente uma casa aristocrática. O Senado não era uma casa da Federação, na época o Estado imperial era unitário, as províncias não eram autônomas e o desenho na época tem a ver com essa lógica”, explica.

O pesquisador e doutor em história Antonio Barbosa afirma que a mudança na composição do Senado foi grande ao longo do tempo. O Senado foi instalado em 6 de maio de 1826, tendo tido como primeiro presidente o marquês de Santo Amaro. A primeira sede foi o Palácio do Conde dos Arcos, que ficou conhecida como o Paço do Senado, no Rio de Janeiro.

“Durante todo o Império, só membros da elite, especialmente representantes de famílias e proprietários de terra, chegavam ao Senado. Esse quadro pouco se alterou na chamada República Velha. E começou lentamente a se modificar a partir de 1946, quando o país se redemocratiza, depois da ditadura do Estado Novo”, lembra.

PROTAGONISMO > Inicialmente dominado por elites rurais, o Senado teve sua composição diversificada ao longo do tempo, como reflexo das mudanças sociais e políticas do país. A partir da década

de 1970, com a intensificação do processo de urbanização e a luta pela redemocratização, a Casa legislativa passou a abrigar representantes de diferentes setores da sociedade, com o início da inclusão de mulheres, negros e indígenas.

É nesse momento que um fato curioso marca a história do Senado. Em 1974, exatamente na metade da ditadura, a oposição venceu pela primeira vez a eleição para o Senado. Das 22 vagas em disputa, apenas oito ficaram com a situação. E, pouco tempo depois, os opositoristas alcançaram 17 cadeiras, porque o senador Teotônio Vilela, eleito pela Arena, deixou o governo e migrou para o MDB.

A partir daí, destaca Barbosa, o Senado deixa de ser apenas um representante dos estados para se tornar o porta-voz dos anseios de quem clamava por liberdade e redemocratização.



“O Senado não era uma casa da Federação, na época o Estado imperial era unitário, as províncias não eram autônomas e o desenho na época tem a ver com essa lógica”

“Não é por acaso que, dez anos após essa eleição, tivemos o fim da ditadura militar. Foi o Senado, com a maturidade política de nomes marcantes como [o deputado] Ulysses Guimarães [e os senadores] Tancredo Neves, Mário Covas, José Sarney, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães, que conduziu a negociação que permitiu a transição do regime. Além de representantes dos estados, os senadores passaram a ter um protagonismo político extraordinário.”

CORRELAÇÃO DE FORÇAS > Opinião distinta do historiador, contudo, tem o cientista político Antonio Testa. Na avaliação dele, o Senado perdeu parte da força política diante da ascensão e do protagonismo exercido pelo Poder Judiciário.

“Nos últimos anos os senadores passaram a depender do Supremo Tribunal Federal (STF) para tomar determinadas atitudes. Infelizmente, hoje o Senado não tem força para impor a vontade do Parlamento, que está enfraquecido, porque a governabilidade no Brasil não tem funcionado. Há uma disputa grande entre os Poderes, especialmente no duelo travado entre o Legislativo e o Judiciário”, aponta.

A crítica feita por Testa é endossada por alguns senadores, entre eles, Esperidião Amin (PP-SC). De acordo com o parlamentar o momento é de crise, já que há um forte atrito determinado pelo desvio da função que os ministros do STF adotaram como prática.

“O STF começou a julgar a regulamentação das redes sociais, isso não é papel do Supremo. Se o Congresso ainda não regulamentou, isso também é uma atitude diante de um fenômeno recente. O texto constitucional concede aos representantes do povo no Congresso a prerrogativa de legislar, não legislar ou não modificar as leis existentes também é uma forma de legislação”, pondera.

Quem também faz afirmação semelhante é o senador Sérgio Petecão (PSD-AC). O parlamentar ressalta que o equilíbrio do Senado é fator preponderante para a manutenção da democracia.

“O Senado é o esteio da nossa República, o Judiciário tem uma ganância de aparecer. Falta equilíbrio para algumas autoridades do governo, então aí está o grande papel exercido pelo Senado, que cumpre uma função importante no sentido de manter o equilíbrio entre os Poderes. Não fosse a postura ponderada da atual Presidência da Casa, estaríamos com sérios problemas”, sentencia.

FEDERALISMO > Para o senador Flávio Arns (PSB-PR), ao longo dos 200 anos de existência, o Senado tem proporcionado estabilidade na dinâmica da República, com harmonia e espírito público. Ele pontua que um senador é, acima de tudo, um cidadão do próprio estado, e que isso se

reflete na agenda federativa de caráter nacional em que atuam os parlamentares.

“Sendo o Senado a Casa da Federação, a principal característica é a equidade das representações, o que não acontece na Câmara dos Deputados, onde as bancadas estaduais vão de oito a 70 cadeiras. Aqui, com três parlamentares, cada unidade da Federação enfrenta as questões nacionais que as afetam em posição de igualdade”, afirma.

Representante de um dos menores estados do país, Petecão exalta essa característica única do Senado.

“Aqui é onde nos equiparamos com outros estados. Sem isso nossa vida seria muito difícil. A Câmara representa o povo, lá a composição se dá pela proporcionalidade do voto, vemos que há uma disparidade muito grande. No Senado, o Acre tem a mesma força política que São Paulo, o que é fundamental para levarmos adiante uma série de questões regionais”, destaca.



O Senado perdeu parte da força política diante do protagonismo do Judiciário, diz Antonio Testa.



Segundo Petecão, o equilíbrio do Senado é fator preponderante para a manutenção da democracia.



Para Arns, o Senado proporciona estabilidade na dinâmica da República.



Guerzoni: papel do Senado mudou ao longo dos anos.

“Durante todo o Império, só membros da elite, especialmente representantes de famílias e proprietários de terra chegavam ao Senado. Esse quadro pouco se alterou na chamada República Velha. E começou lentamente a se modificar a partir de 1946, quando o país se redemocratiza, depois da ditadura do Estado Novo”

O consultor legislativo Gilberto Guerzoni explica a defesa dos interesses locais pelos senadores. Para ele, é natural que os parlamentares atuem em prol dos interesses do próprio estado.

“Na Câmara há o risco de as maiores bancadas estaduais se articularem para pressionar os menores estados. No Senado isso não acontece, as negociações acontecem com parlamentares de outros estados que têm o mesmo número de senadores. A ideia de uma Casa federativa é exatamente essa, para que politicamente haja um equilíbrio maior onde os interesses nacionais sejam mais bem articulados”, afirma.

A idade mínima de 35 anos para que uma pessoa



seja eleita para o Senado, bem como o mandato diferenciado, com oito anos de duração, são pontos destacados pelos senadores e especialistas ouvidos pela Agência Senado.

“O Brasil optou pelo bicameralismo, modelo que reflete bem a necessidade da nossa democracia. Aqui há um equilíbrio, ou ao menos forma de debater, levando em conta os interesses locais, regionais e nacionais nas nossas decisões. Nunca teremos um modelo perfeito, mas o que adotamos é o mais adequado para a nossa realidade, de um país continental com muitas diferenças”, declara o senador Esperidião Amin (PP-SC).

O historiador Antonio Barbosa complementa a opinião do senador. Para ele, o fato de o mandato no Senado ser o dobro do tempo do mandato dos deputados, confere aos senadores uma certa estabilidade, uma condição que permite se debruçar sobre as matérias que devem ser analisadas com mais calma. A idade mínima mais elevada como exigência para o Senado, afirma Barbosa, confere, em tese, mais maturidade política para o trabalho legislativo.

“Um exemplo bem característico do Senado como representante das Unidades da Federação é que compete aos senadores, de forma exclusiva, aprovar ou não a contratação de empréstimos internacionais por parte dos estados”, pontua.

CASA REVISORA > Considerada a Casa Alta do Congresso Nacional, o Senado deixa de ter essa função com a Constituição de 1988, conforme aponta o historiador.

“Teoricamente, o Senado deve ser a casa revisora de todos os temas que foram debatidos, votados e aprovados na Câmara dos Deputados. Na prática, isso foi muito diluído após a nossa mais recente Carta Magna, que aboliu essa função. O Senado passa a ter também o direito de iniciativa das leis, algo que até então cabia ao chefe do Executivo e aos deputados. Uma matéria pode começar a tramitar no Senado e só depois ela é encaminhada para a Câmara”, lembra.

A alteração trazida pela Constituição de 1988, porém, não igualou a correlação de forças políticas dentro do Congresso. Ao menos essa é a opinião de Guerzoni, que entende haver uma supremacia da Casa iniciadora.



Estilhaços de vidro no Plenário do Senado após a invasão de 8 de janeiro de 2023.

“A Câmara, por ser maior, acaba tendo a iniciativa de propor a maioria dos projetos. A última palavra é sempre da Casa iniciadora, no nosso modelo atual a Casa que inicia um projeto de lei pode rejeitar por completo uma matéria. O Senado, historicamente, resiste em fazer uso dessa prerrogativa, mesmo nos casos em que não há acordo político”, ressalta.

DESAFIOS > Ao projetar os próximos anos da chamada Casa Alta, o senador Flávio Arns considera que os parlamentares têm como principal desafio sintonizar o mandato com as expectativas da sociedade e, ao mesmo tempo, atender às necessidades da popula-

ção de maneira abrangente e eficaz.

O amadurecimento das relações institucionais foi apontado como o principal ponto de atenção, por parte dos senadores, de acordo com Guerzoni. O consultor afirma que, nos últimos tempos, os Poderes têm aprendido a se relacionar em um ambiente diferente.

“Isso é algo que vale também para dentro do Congresso Nacional, na relação entre o Senado e a Câmara. Tivemos conflitos grandes nas últimas eleições, a sociedade se dividiu. Isso leva a alguns aprendizados e, nesse ponto, o Senado tem avançado bem mais até em função da maior experiência dos seus membros.”

Já para o historiador Antonio Barbosa, os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 levantaram um alerta até então ignorado depois da redemocratização: o risco concreto de um golpe de Estado. Nas palavras dele, o momento exigiria maior atenção dos congressistas.

“A reação do Congresso Nacional diante de uma tentativa planejada de golpe de Estado foi muito tímida. Ao invés de imaginar que o Poder Judiciário tem avançado sobre os demais Poderes, diria que o Poder Legislativo se acanhou. Na política não existe espaço vazio, esse espaço esvaziado sempre será ocupado por alguém. O Senado tem pela frente a grande tarefa de recuperar o espaço que é seu por direito”, argumenta.



“Falta equilíbrio para algumas autoridades do governo, então aí está o grande papel exercido pelo Senado, que cumpre uma função importante no sentido de manter o equilíbrio entre os Poderes. Não fosse a postura ponderada da atual Presidência da Casa, estaríamos com sérios problemas”

1974: o início do fim da ditadura

Pleito daquele ano é considerado um marco do período da ditadura militar iniciada 10 anos antes com o golpe de 1964

Por Jorge Macedo, da Agência Senado

As eleições de 1974, que escolheram, pelo voto direto, um senador por estado, além de deputados federais e estaduais, completam 50 anos no dia 15 de novembro. Aquele pleito é considerado um marco do período da ditadura militar iniciada 10 anos antes com o golpe de 1964 e encerrada 10 anos mais tarde com a eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República.

Mais do que a realização de eleições em meio a um período ditatorial, o resultado daquela disputa tem grande relevância para a história do país. Na ocasião, em que havia apenas dois partidos, a Arena, governista, e o MDB, de oposição, os emedebistas elegeram 16 senadores entre as 22 vagas em jogo (esse era o número de estados com representação no Senado na época — veja quais no mapa abaixo). O MDB obteve ainda 335 dos 787 deputados estaduais e 160 dos 364 deputados federais, aumentando significativamente suas bancadas nas assembleias, na Câmara e no Senado Federal (veja gráfico abaixo).



Paulo Paim durante a Constituinte.

“Eu não tenho dúvida alguma de que a eleição para o Senado em 1974 deu novo fôlego e oxigênio à resistência democrática no país. As pessoas começaram a perceber que havia possibilidades reais de um retorno ao Estado Democrático de Direito. Aquela eleição abalou as estruturas da ditadura militar”, afirma o



“Eu não tenho dúvida alguma de que a eleição para o Senado em 1974 deu novo fôlego e oxigênio à resistência democrática no país. As pessoas começaram a perceber que havia possibilidades reais de um retorno ao Estado Democrático de Direito. Aquela eleição abalou as estruturas da ditadura militar”

Veja os eleitos para o Senado em 1974

MDB, único partido da oposição, ganhou em 16 dos 22 estados, surpreendendo a Arena e os militares



| UF | Senador | Partido | UF | Senador | Partido |
|-----|-----------------------|---------|----|-------------------|---------|
| AC | Adalberto Sena | MDB | PA | Jarbas Passarinho | Arena |
| AL | Teotônio Vilela | Arena | PB | Ruy Carneiro | MDB |
| AM | Evandro Carneira | MDB | PR | Leite Chaves | MDB |
| BA | Luis Viana Filho | Arena | PE | Marcos Freire | MDB |
| CE | Mauro Benevides | MDB | PI | Petrônio Portela | Arena |
| ES | Dirceu Cardoso | MDB | RJ | Saturnino Braga | MDB |
| GO | Lázaro Barbosa | MDB | RN | Ágenor Maria | MDB |
| GB* | Danton Jobim | MDB | RS | Paulo Brossard | MDB |
| MA | Henrique de La Rocque | Arena | SC | Evelásio Vieira | MDB |
| MT | Mendes Canale | Arena | SP | Orestes Quéricia | MDB |
| MG | Itamar Franco | MDB | SE | Gilvan Rocha | MDB |

*Reeleito em 1974 pela Guanabara. Em 1975, com o fim do estado, a representação no Senado foi incorporada à do Rio de Janeiro

Fonte: TSE, SGM, Senado

senador Paulo Paim (PT-RS), que na época trabalhava como metalúrgico e dava os primeiros passos na política sindical, que, mais tarde, foi um dos focos de mobilização contra a ditadura.

Para alcançar o que isso significou naquele momento e suas repercussões para o futuro, é preciso explicar o contexto daquelas eleições. Afinal, como é possível haver voto direto em meio a uma ditadura que limitava direitos individuais, proibia partidos de funcionar, fechava o Congresso, cassava políticos e, enfim, editava medidas que desrespeitavam o que dizia a própria Constituição vigente?

Esse paradoxo tem origem no próprio golpe de 1964. Apoiado pela classe média urbana e até por políticos, o regime que se instalou após a deposição do presidente João Goulart, a partir de abril daquele ano, prometia não "radicalizar o processo revolucionário" e "manter a Constituição de 1946", como afirmava o Ato Institucional de 9 de abril, e devolver o país à normalidade democrática, confirmando a realização das eleições diretas marcadas para novembro de 1965.

Entretanto, à medida que o tempo passava, os militares foram ampliando sua interferência no mundo político, chegando, por meio do Ato Institucional nº 2, de outubro daquele ano, a cancelar as eleições e a dissolver

“

“Aquelas eleições transcorreram em clima de intimidação generalizada, quando o braço repressivo do sistema estava criando fortes raízes na maquinaria governamental, face à luta que então desenvolvia contra ousados grupos de guerrilheiros urbanos”

os partidos políticos, muitos deles em atuação desde o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945.

No lugar, o regime criou um bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena) como partido de apoio ao governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como agremiação para reunir a oposição ao regime.

A organização artificial da vida partidária desarticulou principalmente a oposição, assombrada pela cassação de políticos e pelos anos de maior perseguição a quem discordasse do regime militar. Naqueles anos, parte da resistência ao regime militar se expressava por meio de grupos guerrilheiros, que se recusavam a aceitar a institucionalização de um governo sem legitimidade democrática.

EM 1970, VITÓRIA ESMAGADORA DA DITADURA >

Naquele cenário, o primeiro teste do sistema com dois partidos foram as eleições de 1970, que eram um aceno a uma suposta retomada das regras democráticas, ainda que de fachada.

De fachada porque, segundo o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, aquelas eleições transcorreram "em clima de intimidação generalizada, quando o braço repressivo do sistema estava criando fortes raízes na maquinaria governamental, face à luta que então desenvolvia contra ousados grupos de guerrilheiros urbanos", cujo ápice, acrescentou, se deu entre 1969 e 1972.

Esse período foi inaugurado pela edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, considerado um marco da radicalização da ditadura, fechando o Congresso por quase um ano. Pior que as medidas institucionais, o AI-5 autorizava o governo a usar os meios necessários para assegurar "a ordem e a tranquilidade para realizar os propósitos" do golpe de 1964. A repressão, desenvolvida nos chamados "porões da ditadura", perseguiu os opositores indistintamente e não só os grupos que defendiam a luta armada.

Durante toda a ditadura, marcadamente a partir de dezembro de 1968, o desaparecimento, a tortura e a morte foram praticados contra militantes de esquerda ou quem fosse considerado "subversivo" pela ditadura militar. Nos 20 anos daquele regime, mais de 50 mil pessoas foram presas, mais de sete mil foram indiciadas por crimes políticos e quase cinco mil tiveram seus direitos políticos cassados. O Estado brasileiro iniciou o reconhecimento das violações de direitos humanos pela ditadura somente após 1985, já no governo Sarney. A ditadura matou mais de mil camponeses e outras 475 pessoas foram mortas ou são consideradas desaparecidas, conforme dossiê publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

As eleições de 1970 se realizaram nesse clima, com a oposição à ditadura dividida entre a participação e o boicote às urnas, seja pela abstenção, seja pelo voto nulo.

"Foi uma maluquice atrás da outra, a partir do Ato Institucional



**Passeata da
Marcha da Família
com Deus pela
Liberdade.**

número dois, depois o três, o quatro, o cinco... até que culminou com o Congresso fechado. Ficamos num caos", afirmou o ex-senador Pedro Simon, em entrevista à Agência Senado em 18 de outubro de 2024.

Nesse ponto, a avaliação de Simon coincide com a do historiador André Teixeira Jacobina.

"A atividade política estava 'degradada', a apatia política disseminou-se entre as populações urbanas, sobretudo, e sem dúvida em primeiro lugar, entre o eleitorado da oposição, cujo partido chegou a abrigar até propostas de autodissolução", avaliou Jacobina em sua pesquisa de mestrado.

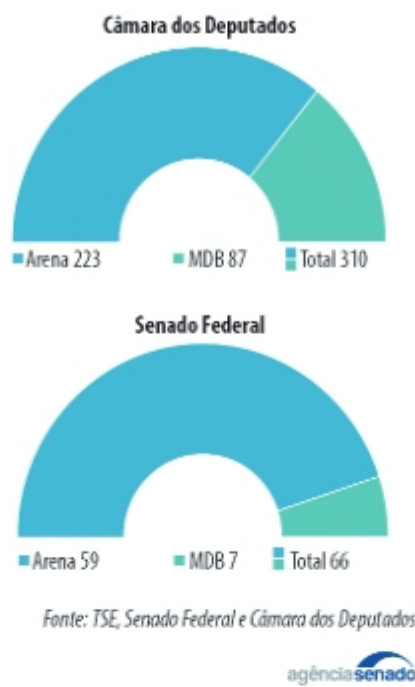
Com a oposição esvaziada, a Arena teve uma vitória esmagadora nas eleições de 15 de novembro de 1970, elegendo 39 senadores contra apenas cinco do MDB (havia 44 vagas em disputa, duas por estado). Na Câmara, 223 deputados federais eleitos eram do partido governista e apenas 87 da oposição. Ao mesmo tempo, o pleito teve, nos cálculos de Wanderley Guilherme dos Santos, os mais altos números de votos brancos e nulos da história, que, somados à abstenção, chegaram a cerca de 50% do eleitorado.

O tamanho da representação política da oposição no Congresso — que sequer oferecia a quantidade mínima de assinaturas para abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), entre outras prerrogativas asseguradas às minorias — pouco incomodava a maioria governista, que chancelava as medidas propostas pelo governo do general Emílio Médici. Era ainda a época do, chamado "milagre econômico", anos em que o produto interno brasileiro (PIB) registrou algumas das maiores taxas de crescimento da história.

Como resultado (até a seleção brasileira de futebol, campeã da Copa do Mundo de 1970, contribuía para um cenário de otimismo explorado pela ditadura), tanto governo quanto oposição tiveram a impressão de que a ditadura havia conquistado grande apoio popular.

Com o que sobrava na oposição, o MDB lançou em 1973 a "anticandidatura" de Ulysses Guimarães à Presidência da República, como forma de demôn-

Bancadas da Arena e do MDB após as eleições de 1970



"Foi uma maluquice atrás da outra, a partir do Ato Institucional número dois, depois o três, o quatro, o cinco... até que culminou com o Congresso fechado. Ficamos num caos"

trar que, com eleições indiretas, não havia democracia no país. Em uma disputa absolutamente desigual, com imprensa censurada e recursos de campanha e acesso aos meios de comunicação mal distribuídos, a eleição do general Ernesto Geisel para a sucessão de Médici em janeiro de 1974 foi confirmada no colégio eleitoral, recebendo 400 votos contra 76 de Ulysses e 21 nulos.

Contudo, o ano acabaria muito diferente do que havia começado.

A facilidade com que Geisel foi eleito no colégio eleitoral e o resultado das eleições de 1970 deram uma impressão de que o governo e a Arena possuíam não apenas os votos no Congresso, mas também a simpatia popular. Como observou Wanderley Guilherme dos Santos, "os políticos do partido arenista interpretaram mal os resultados das

1. CONGRESSO EM RECESSO
2. HABEAS-CORPUS SUSPENS
3. PODER PARA CASSAR, DEM

ATO-5: O MANTER R

Ordem-do-dia na Escola Naval — Aqui aprendemos lições do bem servir à Pátria



Jornal Última Hora notícia A1-5.



Arquivo Público do Estado de São Paulo



Posse de Geisel na Presidência da República.

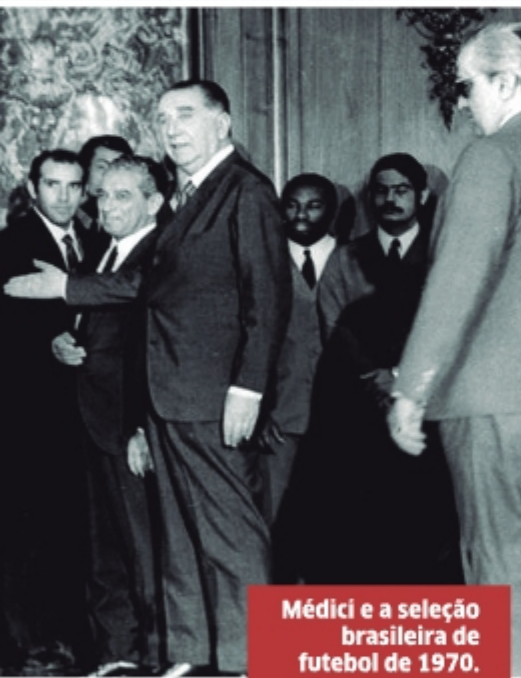
**POR TEMPO INDETERMINADO
O PARA DELITOS POLÍTICOS
QUITAR, APOSENTAR E REMOVER**

OBJETIVO É EVOLUÇÃO

1. Médico Gené e Silva, da esquerda, com o filho, o filho do irmão e o filho do irmão. 2. Agradecido ao presidente, a Presidência da República tem o poder de decretar a licença de comparecimento de 14 dias a um...

Última Hora
Ara 27/11 - Rio de Janeiro, Sábado, 10/12/1968 - Nº 5.607 - Nº 13.816

**REI NÃO FOI DEPOSTO:
PELÉ VAI À FORRA COM
VICE-CAMPEÃO MUNDIAL**



Médici e a seleção brasileira de futebol de 1970.



eleições" de 1970. Registros na imprensa ao longo do ano, observou o historiador André Jacobina, demonstram o "excessivo otimismo" que tomava conta do governo e da Arena.

O consultor legislativo do Senado Arlindo Fernandes, porém, assinala que já havia sinais de desgastes no apoio da população aos militares. Além das medidas de exceção, Fernandes destaca o impacto do primeiro choque do petróleo, em 1973, quando o preço do barril da commodity saltou de cerca de US\$ 3 para mais de US\$ 11 em pouco tempo, com impactos em toda a economia mundial, especialmente em países importadores do produto, como o Brasil.

A elevação das taxas de juros internacionais, liderada pelos Estados Unidos, para combater a inflação ocasionada pelo aumento do preço dos combustíveis e da energia, também teve graves efeitos para o Brasil. Isso porque o desenvolvimento do país durante o milagre econômico havia sido impulsionado pelo endividamento externo para investimento em grandes obras, como a Ponte Rio-Niterói, hidrelétricas, a Usina Nuclear de Angra dos Reis, a Rodovia Transamazônica e ferrovias.

"Os salários perderam poder de compra com a desvalorização cambial e a inflação, expondo o fato de que o milagre econômico não distribuiu a renda no Brasil, que continuava muito desigual", afirma Fernandes.

Do ponto de vista político, então, as eleições diretas em 1974 seriam um raro momento para a população expressar seu sentimento com relação ao governo.

CAUTELA E MUDANÇA DE ESTRATÉGIA >

Mesmo com pouca representação, o MDB desempenhava o seu papel de "partido consentido", como na anticandidatura de Ulysses. Para 1974, a sigla se preparou e fez convenções para as eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados. No entanto, em muitos estados, as maiores lideranças do partido preferiram assegurar uma eleição para deputado federal, escolhendo para a disputa ao Senado nomes com menos tradição política.

"Há casos como o do Rio Grande do Norte, em que o MDB indicou Agenor Maria, um agricultor e feirante, ex-marinheiro que participou na Segun-

da Guerra Mundial, com pouca experiência política, para concorrer com Djalma Marinho, deputado federal desde a década de 1950, presidente da Comissão de Constituição e Justiça. A surpresa foi geral quando Agenor Maria foi 'eleito', afirma Arlindo Fernandes.

Outros nomes como Orestes Quêrcia, em São Paulo, Itamar Franco, em Minas Gerais, Marcos Freire, em Pernambuco, Leite Chaves, no Paraná, e Lázaro Barbosa, em Goiás, menos conhecidos, acabariam representando o MDB nas urnas e, depois de eleitos, firmaram-se como nomes importantes em seus estados e nacionalmente.

Eleito para o Senado pelo Rio de Janeiro em 1974, Roberto Saturnino Braga, que morreu recentemente, em setembro de 2024, confirma que a avaliação geral era de que a oposição não conseguiria fazer frente ao partido governista naquele ano em uma eleição majoritária.

"Ninguém no MDB queria aceitar [ser candidato ao Senado] porque o Paulo Torres, o adversário [da Arena], era considerado imbatível. A Arena, na eleição anterior, de quatro anos antes, tinha dado uma lavagem no MDB. E o Amaral Peixoto [líder emedebista fluminense da época] me fez um apelo, dizendo que eu prestaria um serviço para o partido", declarou Saturnino em entrevista à Rádio Senado em 2014.

As escolhas feitas nas convenções do MDB são uma mostra de como as expectativas não apenas do governo e da Arena, mas também dos próprios emedebistas, não detectaram o potencial da oposição nas urnas.

“

“A atividade política estava ‘degradada’, a apatia política disseminou-se entre as populações urbanas, sobretudo, e sem dúvida em primeiro lugar, entre o eleitorado da oposição, cujo partido chegou a abrigar até propostas de autodissolução”

O ESTADO

Florianópolis — Quarta-feira — 13 de novembro de 1974 — Ano 60 — No. 17.844 — Edição de hoje 16 páginas — Cr\$ 1,00

CANDIDATOS QUE AGUARDAM INGRESSO NA PM — O Serviço de Reservas Políticas do Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, comunica aos candidatos que aguardam ingresso naquela Corporação que, em vista das eleições da próxima sexta-feira, poderão apresentar os seus pedidos de inscrição ao Serviço de Inscritos, no Quartel Central, no endereço de R. Jo. 11. 13. 14 e das 14 às 17h30m para que possam comparecer com seus documentos eletrônicos.

Arena e MDB chegam otimistas ao fim da campanha eleitoral

Com a presença dos seus principais líderes e dos candidatos ao Senado nos dois canais de televisão na noite de ontem, Arena e MDB deram por encerrada a campanha eleitoral para o pleito de depois-de-amanhã, com ambos os Partidos reiterando seu otimismo e sua confiança na vitória. O ex-Governador Ivo Silveira afirmou estar seguro de sua eleição com larga margem de votos, enquanto o Sr. Evalísio Vieira igualmente manifestava sua esperança num bom resultado (Página 3).



Jornal O Estado noticia reta final da campanha eleitoral de 1974.

Nove mil designados contra o Estado na Justiça

Página 3.

Mutuário do BNH tem 10% de incentivo sobre as prestações

Página 6.



Obras de construção da Ponte Rio-Niterói e da rodovia Transamazônica. Agência Nacional/Arquivo Nacional

Houve casos em que o MDB sequer havia apresentado candidatos a deputado federal suficientes para preencher todas as vagas a que teve direito pelos votos obtidos pelo quociente eleitoral, como revela o jornalista Sebastião Nery no livro *As 16 derrotas que abalaram o Brasil, de 1975*, em que apresenta os resultados e um resumo dos candidatos e das disputas em cada estado.

Mesmo sem uma avaliação precisa do prestígio que teria nas urnas, o MDB demonstrou, nas eleições de 1974, que estava disposto a ocupar

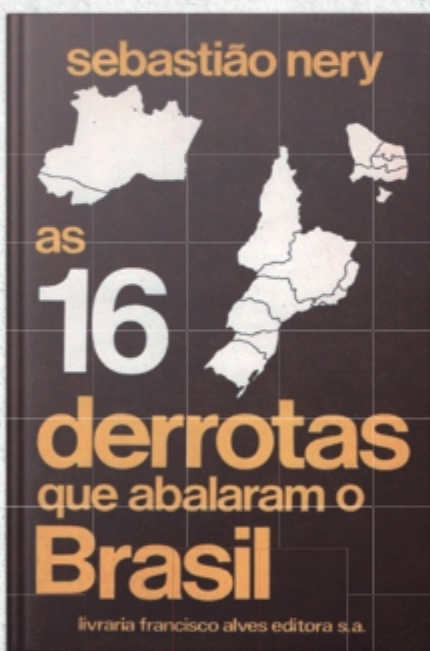
o espaço de oposição — e de resistência democrática — ao regime militar, ainda que sem eleições diretas para presidente e para governador, com censura e liberdades cerceadas.



“Os salários perderam poder de compra com a desvalorização cambial e a inflação, expondo o fato de que o milagre econômico não distribuiu a renda no Brasil, que continuava muito desigual”

CAMPANHA NA TV > Segundo Pedro Simon, eleito em 1974 deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo MDB com mais de 140 mil votos, o partido usou todas as brechas do regime para antagonizar com a ditadura. Ainda que houvesse censura, o ex-senador destaca a ocupação do espaço possível na imprensa e a

O deputado **Ulysses Guimarães** em evento de sua "anticandidatura" presidencial em 1973.



Livro do jornalista **Sebastião Nery.**

possibilidade de, pela primeira vez, fazer campanha no rádio e na TV. Em muitos estados os debates entre candidatos tiveram grande impacto entre os eleitores.

"A possibilidade de os candidatos aparecerem na TV foi uma novidade comparável ao que a introdução da Internet e das redes sociais representou no debate eleitoral de hoje", avalia o consultor Arlindo Fernandes.

A campanha no rádio e na TV

“Há casos como o do Rio Grande do Norte, em que o MDB indicou Agenor Maria, um agricultor e feirante, ex-marinheiro que participou na Segunda Guerra Mundial, com pouca experiência política, para concorrer com Djalma Marinho, deputado federal desde a década de 1950, presidente da Comissão de Constituição e Justiça. A surpresa foi geral quando Agenor Maria foi eleito”

naquela ocasião não era nada parecida com o que é feito hoje em dia. Não havia produção e os candidatos davam entrevistas e participavam de debates ao vivo.

"Os programas não eram gravados. Eram transmitidos ao vivo. Cada dia era uma emissora. Os candidatos iam para lá e davam o seu recado ao vivo. Não tinha marketeiro, não tinha gravação, não tinha nada. Era realmente gratuito: custo zero", narrou Saturnino à Rádio Senado por ocasião dos 40 anos da eleição de 1974.

O ex-senador Paulo Brossard, eleito pelo MDB no Rio Grande do Sul, contou a sua experiência em um debate eleitoral em 1974. Em certo momento, ele perguntou ao seu adversário, Nestor Jost, da Arena, se confirmaria a declaração de que aplicaria o artigo 477 do Código Penal. Ao que Jost manteve sua afirmação, Brossard levou o seu exemplar do Código Penal a Jost e o fez ver que aquele artigo

não existia naquela legislação. "Ele ficou desconcertado", disse Brossard, eleito pelo MDB, também em entrevista à Rádio Senado em 2014. O ex-senador e jurista morreria poucos meses depois da entrevista, em abril de 2015.

O meio de comunicação disponível para os candidatos, no entender de Simon, explica parte da história. Ele entende que a mensagem do MDB, de denúncia da ditadura e defesa das liberdades democráticas, era o que encontrava respaldo entre os eleitores.

"Os nomes [candidatos] da revolução não tinham o que dizer. Eles vinham de uma grande vitória e não ofereciam nada para a população. O governo, com o fim daquele milagre econômico, das grandes obras, não consistia em mais nada. A economia ia mal, os militares estavam numa confusão dos diabos, não tinham nenhum comando. Eles

Teotônio Vilela e Teotônio Filho.



Propaganda eleitoral com Franco Montoro.



“

“Ninguém no MDB queria aceitar [ser candidato ao Senado] porque o Paulo Torres, o adversário [da Arena], era considerado imbatível. A Arena, na eleição anterior, de quatro anos antes, tinha dado uma lavagem no MDB. E o Amaral Peixoto [líder emedebista fluminense da época] me fez um apelo, dizendo que eu prestaria um serviço para o partido”

passaram a perder a credibilidade. Foi uma decomposição do regime”, afirmou Simon, lembrando que a inflação alta e a queda no poder aquisitivo da população caracterizaram o período militar.

Mesmo quem não era do MDB adotou na campanha a bandeira da liberdade e da abertura política. Esse foi o caso do senador por Alagoas Teotônio Vilela, da Arena, reeleito em 1974.



“O velho Teotônio já tinha um discurso liberal, a favor da distensão, que era também o discurso do MDB, que teve grande aceitação no Brasil inteiro. Foi uma avalanche [na direção] do MDB”, reconhece Teotônio Vilela Filho, filho do “Menestrel das Alagoas”. Por estar mais afinado com o discurso de oposição ao regime, Teotônio pai migrou para o MDB no meio do mandato, em 1979, expondo ainda mais a ditadura.

Para Teotônio Filho, aquela eleição já era o sinal de que o regime mi-

litar estava esgotado e que a população aprovava a abertura democrática, um primeiro passo para que, no futuro, a democracia pudesse voltar.

“Foi um processo longo. As coisas na política não acontecem de uma hora para a outra”, disse Teotônio Filho, que teve dois mandatos como senador, de 1995 a 2006, e, em sequência, foi governador de Alagoas por oito anos.

DESDOBRAMENTOS DA ELEIÇÃO DE 1974

> Surpresa ou não, fato é que as bancadas



do MDB no Senado e na Câmara haviam aumentado significativamente a ponto de conquistar direitos assegurados às minorias, como propor CPIs e dificultar a aprovação de legislação que exige maioria qualificada como de propostas de emenda à Constituição (PEC) — que na época precisavam de dois terços dos votos para serem aprovadas. Essa situação incomodou os militares e atrapalhou os planos de Geisel para a sua abertura “lenta e gradual”.

“A eleição de 1974 mostra o crescimento da insatisfação popular com a ditadura, mas também demonstra que a ditadura subestimou a necessidade de repressão naquele momento. A ditadura acreditava que teria uma vitória esmagadora e que não precisaria fazer força para apoiar a Arena”, avaliou o historiador André Jacobina em entrevista à Agência Senado.

Os reflexos do resultado eleitoral acenderam alertas no regime militar. Ainda que Geisel reconhecesse o recado das urnas naquele pleito em mensagem à população em dezembro de 1974, nos próximos anos o presidente deixa claro que não iria permitir que a abertura democrática, como idealizada por ele, saísse do controle.

Com efeito, o governo logo adotou medidas direcionadas a evitar uma nova vitória da oposição. Em julho de 1976, pouco antes das eleições municipais de novembro, Geisel sancionou a Lei Falcão (Lei 6.339, de 1976), batizada com o nome de seu ministro da Justiça e autor da nova legislação, Armando Falcão.

O texto alterava o Código Eleitoral vigente, reduzindo a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV ao mínimo possível. Nada de debates e entrevistas. Como propaganda, os candidatos poderiam apenas oferecer um retrato com poucas linhas para se apresentar. As eleições transcor-



“A possibilidade de os candidatos aparecerem na TV foi uma novidade comparável ao que a introdução da internet e das redes sociais representou no debate eleitoral de hoje”



PLEBISCITO DA DITADURA >

Nessas cinco décadas, entre novembro de 1974 e os dias de hoje, muitas análises foram feitas sobre o significado daquelas eleições em que os candidatos da oposição ao regime militar, abrigados no MDB, venceram 73% das cadeiras em disputa para o Senado.

André Jacobina cita em sua tese de mestrado que cientistas políticos como Eliézer Rizzo de Oliveira e Raymundo Faoro interpretam que as eleições "sinalizavam muito mais um protesto contra o regime do que identificação com o MDB. O MDB estaria canalizando votos de insatisfação com o regime, e não aprovação do partido de oposição em si".

Esse caráter plebiscitário, comum quando ditaduras oferecem oportunidades de a população se manifestar por meio do voto, afirmam os autores, também estaria presente nas eleições de 1970, resultando em uma aprovação ao regime militar. Porém, quatro anos mais tarde, as urnas trouxeram a mensagem inversa, de repúdio à ditadura e ao fracasso de sua política econômica.

Um dos slogans usados pelo MDB naquela campanha transferia justamente à população a avaliação da situação política e econômica: "Vote no MDB. Você sabe por quê" (primeira imagem desta reportagem).



“A eleição de 1974 mostra o crescimento da insatisfação popular com a ditadura, mas também demonstra que a ditadura subestimou a necessidade de repressão naquele momento. A ditadura acreditava que teria uma vitória esmagadora e que não precisaria fazer força para apoiar a Arena”

reram sem que os eleitores pudessem participar do debate eleitoral como em 1974 e, na abertura das urnas, a Arena obteve mais de 53% do total de votos, mantendo a prefeitura da maioria dos municípios (não havia eleições em 142 cidades, consideradas áreas de segurança nacional).

PROPAGANDAS ELEITORAIS NA TV ENTRE 1976 E 1982, ÉPOCA DA LEI FALCÃO >

A maior reação do governo Geisel à ascensão do MDB viria no ano seguinte, em 1977. Diante da resistência do Congresso em aprovar a PEC de sua autoria que reformaria o Judiciário, Geisel fechou o Legislativo por duas semanas em abril daquele ano. Além da reforma do Judiciário, o presidente decretou um conjunto de medidas que ficou conhecido como "Pacote de Abril", que incluía, além da reforma judicial, mudanças nos procedimentos do Senado e da Câmara para facilitar a aprovação de medidas de interesse do governo, criando ainda a figura do "senador biônico": um dos três senadores das bancadas estaduais seria eleito pelas assembleias legislativas, a maioria delas controlada pela Arena.

Tancredo, Brizola e Simon no Rio Grande do Sul em 1984. Alfonso Abraham.

E, naquele momento, o MDB era o único partido de oposição, cuja criação foi consentida pela ditadura, que podia canalizar aquele sentimento em 1974 e pelos anos seguintes, até a retomada da democracia.

— A partir dali, ganhamos as eleições nos principais estados no Brasil, um movimento que continuou até a vitória no colégio eleitoral, em janeiro de 1985, com a eleição de Tancredo [Neves] para a Presidência da República, e na Constituinte, que nos deu a Constituição atual e o regresso à democracia, onde nós estamos hoje. Começou ali, em 1974 — resume Pedro Simon.

Tancredo Neves e Ulysses Guimarães após a eleição no colégio eleitoral em janeiro de 1985. Arquivo/Senado Federal.

Conheça os senadores eleitos em 1974

Adalberto Sena (MDB-AC), Teotônio Vilela (Arena-AL) e Evandro Carneira (MDB-AM). Senado Federal, Célio Azevedo/Senado Federal e Senado Federal

Luís Viana Filho (Arena-BA), Mauro Benevides (MDB-CE) e Dirceu Cardoso (MDB-ES). Senado Federal

Lázaro Barbosa (MDB-GO), Danton Jobim (MDB-GB) e Henrique de La Rocque (Arena-MA) Senado Federal

Mendes Canale (Arena-MT), Itamar Franco (MDB-MG) e Jarbas Passarinho (Arena-PA) Senado Federal

Ruy Carneiro (MDB-PB), Leite Chaves (MDB-PR) e Marcos Freire (MDB-PE) Senado Federal

Petrônio Portella (Arena-PI), Saturnino Braga (MDB-RJ) e Agenor Maria (MDB-RN) Senado Federal, Senado Federal e Célio Azevedo/Senado Federal

Paulo Brossard (MDB-RS) e Evelásio Vieira (MDB-SC) Senado Federal

Orestes Quércia (MDB-SP) e Gilvan Rocha (MDB-SE) Senado Federal

Fonte: Agência Senado77

GRUPO
III RDM
REDE DE MÍDIAS
JUNTOS CONTRA A DENGUE!



TODOS CONTRA A DENGUE



Coloque areia no
prato das plantas.



Embrace objetos que
acumulem água.



Seque área que
acumulem água.



Maneja a caixa
d'água tampada e as
calhas limpas.

CADA UM DEVE FAZER SUA PARTE!



Mudou e precisa de um
Sistema de Segurança inteligente?
Conte com a New Line